

Informativo TJ

INFORMATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

EDIÇÃO 2, ANO 2, Nº 1, MAIO DE 2006

TJ/AL inicia construção do novo prédio-sede



Presidente Gama (à dir.) e juiz Geraldo Amorim observam início das obras da nova sede

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) deu início, em março, à construção do novo prédio-sede do Poder Judiciário estadual. A obra está sendo erguida ao lado do prédio histórico e do anexo administrativo da Corte. Dia 6 de março, o presidente do TJ/AL, desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, assinou contrato de empreitada com o consórcio de construtoras vencedor do certame licitatório. A previsão é de que as obras sejam concluídas até 31 de dezembro do corrente ano. Será a maior obra física da atual administração. [5](#)

LEIA TAMBÉM

Concurso

O TJ vem mantendo contato com várias fundações de renome nacional para a realização do concurso da Magistratura. O certame está previsto para o início do segundo semestre. [3](#)

Central do TJ

Em três meses, a Central de Inquiridos do TJ/AL expediu 112 mandados judiciais. O trabalho de combate ao crime organizado é reconhecido pela sociedade e opinião pública alagoanas. [12](#)

Precatórios

O TJ/AL intermediou, até agora, acordos em 85% das audiências realizadas de precatórios devidos pelos municípios alagoanos. Em breve, realizará audiências de precatórios do Estado. [11](#)

Editorial



Superando desafios

Administrar o Poder Judiciário de Alagoas, sem sombra de dúvidas, não é tarefa fácil, seja em razão das dificuldades orçamentárias que limitam as ações em prol da instituição, seja pelo exíguo período de dois anos confiado ao gestor para o exercício de tão importante mister.

Superar desafios para compensar as adversidades tem sido a tônica de nossa gestão à frente da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. No decorrer dos últimos quinze meses, imprimimos um intenso e profícuo ritmo de trabalho para concretizar realizações vitais ao aprimoramento da máquina judiciária. Iniciativas cuja finalidade não é outra senão a oferta de uma prestação jurisdicional célere e de qualidade aos cidadãos.

Alguns projetos de ordem estrutural encetados no segundo semestre do ano pretérito começaram a ser efetivamente executados em 2006, a exemplo da construção no anexo II do prédio-sede do TJ/AL, cujas obras foram iniciadas em março, após a celebração do contrato de empreitada com o consórcio vencedor do certame licitatório. Estamos investindo 6,6 milhões para oferecer melhores condições de trabalho aos desembargadores e aos servidores da Corte estadual e comodidade aos jurisdicionados e profissionais do Direito que procuram diariamente a guarida do Judiciário de 2º Grau.

Na mesma esteira de princípios, desencadeamos certames licitatórios para construção de novos fóruns nas comarcas de União dos Palmares, Limoeiro de Anadia, Girau do Ponciano e Messias, bem como para reforma das atuais instalações dos fóruns de Maragogi, Palmeira dos Índios, Flexeiras e Coruripe, sem descuidar das obras de construção da nova sede do 5º Juizado Especial Cível e Criminal da Capital e das reformas do almoxarifado e do estacionamento do Fórum de Maceió, que se encontram em pleno andamento.

Para o êxito de todas essas ações contamos com o indispensável suporte financeiro do Funjuris e com a parceria de Prefeituras - no que diz respeito às melhorias empreendidas nas unidades judiciárias interioranas.

A informatização completa do Poder Judiciário estadual deixou de ser um sonho distante. Cogitávamos, no início da atual gestão, a possibilidade de retirar o Judiciário alagoano do incômodo penúltimo lugar em matéria de automação no País. Agora, depois de um longo caminho percorrido, materializa-se a projeção de que até o início de 2007 todas as comarcas alagoanas estarão interligadas. Os equipamentos de informática adquiridos com recursos do convênio TJ/Banco do Brasil - na ordem de R\$ 2,5 milhões - começaram a ser distribuídos em abril.

No campo das iniciativas de alcance social promovidas pelo Tribunal de Justiça, destacamos os expressivos números atingidos pelo programa Justiça nos Bairros em quatro etapas autônomas realizadas na Capital e como parceiro em projetos sociais desenvolvidos por outras instituições no Estado. O TJ/AL registrou em março de 2006 um saldo de 1500 ações judiciais resolvidas e mais de três mil pessoas atendidas em nove municípios alagoanos, incluindo Maceió. O volume de ações solucionadas, para efeito de demonstração da efetividade das ações do programa Justiça nos Bairros, corresponde a aproximadamente seis vezes o total de processos da comarca de Paulo Jacinto (1ª entrância).

Nossas ações não estão adstritas apenas às melhorias estruturais. A carência de juizes impõe a realização premente de concurso público para provimento de pelo menos 32 cargos na Magistratura estadual - compromisso que assumimos

e do qual pretendemos nos desincumbir a partir do início do segundo semestre do ano fluente. Parte do caminho já foi palmilhada. Editamos em meados de março resolução definindo instruções complementares e reguladoras para o certame. O próximo passo é a publicação do edital que está sendo confeccionado - é bom frisar - em consonância com a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Alagoas (OAB/AL).

Melhoria vencimental e crescimento profissional dos serventuários são igualmente preocupações constantes da atual gestão, tanto é verdade que, a despeito das limitações no duodécimo, procedemos a um minucioso estudo que permitiu a implantação de 10% de gratificação extraordinária já na folha salarial do mês de março. A medida só foi possível graças aos ajustes financeiros e orçamentários que determinamos. A política de entendimento que tem norteado as relações do TJ/AL com as atuais direções do sindicato (Serjal) e da associação (Aserjus) da categoria possibilitou, outrossim, a continuidade dos estudos para elaboração do plano de cargos e carreira dos serventuários.

O Tribunal de Justiça, em boa hora e à unanimidade de seus membros, regulamentou, por meio da Resolução nº 04/2006, critérios objetivos para promoções por merecimento na Magistratura estadual, como aferição de desempenho, produtividade, presteza no exercício da atividade jurisdicional e, ainda, frequência e aproveitamento em cursos oficiais e reconhecidos de aperfeiçoamento. A medida, para além de fazer cumprir determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), representa um divisor de águas no processo de democratização do Poder Judiciário.

Outro feito de grande valia foi a entrada em vigor, em janeiro deste ano, da Resolução nº 01/2006, que instituiu a Central de Inquéritos Policiais e Procedimentos Investigatórios Criminais na Comarca da Capital e o Mutirão de Processos e Procedimentos Criminais em comarcas e varas do Estado. Os órgãos tornaram-se efetivos instrumentos de combate às ações do crime organizado em Alagoas, granjeando o reconhecimento da opinião pública, da sociedade civil organizada e das instituições alagoanas.

Por fim, oportuno ressaltar a eficiência das medidas que vêm sendo adotadas pela Presidência da Corte estadual, desde o fim de 2005, no sentido de agilizar o pagamento de precatórios. Essas ações viabilizaram a realização de acordos em 85% dos processos retomados. Numa atitude pioneira, a Presidência do TJ/AL - a quem incumbe adotar providências, inclusive coercitivas, para fazer cumprir a Lei Instrumental Civil - tem designado audiências conciliatórias, convocando os entes devedores para, da melhor forma possível, negociarem suas pendências judiciais junto aos credores.

Com efeito, para concreção desse extenso leque de realizações, a Presidência do TJ/AL tem contado com a compreensão e a sensibilidade dos senhores desembargadores, o que reforça a ilação de que, em esforço conjunto, estamos plantando promissoras sementes em prol de um Judiciário efetivo e mais próximo dos cidadãos.

DES. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA - Presidente do TJ/AL

TJ/AL realizará concurso para juiz-substituto no 2º semestre

Resolução com normas reguladoras do certame foi publicada em março; edital sairá em breve

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) deu o primeiro grande passo para a realização do concurso público de juiz-substituto, com a publicação da Resolução nº 05/06, que define instruções complementares e reguladoras do certame. De acordo com o presidente do TJ/AL, desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, as provas devem acontecer no início do segundo semestre.

O ato foi publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 16 de março.

“O edital está praticamente finalizado, faltando apenas definir a fundação responsável pela elaboração e aplicação das provas. Tudo está sendo feito em

consonância com a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Alagoas (OAB/AL)”, disse o desembargador-presidente Estácio Gama.

O formato do concurso da magistratura estadual está regulado na resolução, constando de quatro fases: prova escrita teórico-objetiva, com 100 questões de múltipla escolha; prova escrita teórico-subjetiva, com 25 questões objetivas, exigindo-se justificativa para as respostas; prova prática, que consiste na elaboração de duas sentenças; e prova de títulos.

Período de inscrições, data das provas, número de vagas, remuneração inicial, conteúdo



Gama: “falta apenas definir a instituição”

Expediente

Presidente
Desembargador Estácio Luiz Gama de Lima

Vice-presidente
Desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento

Corregedor-geral da Justiça
Desembargador Washigton Luiz Damasceno Freitas

Desembargadores
Orlando Monteiro Cavalcanti Manso
José Fernando Lima Souza
José Fernandes de Hollanda Ferreira
Mário Casado Ramalho
Humberto Eustáquio Soares Martins
Antônio Sapucaia da Silva
Sebastião Costa Filho
Juarez Marques Luz

Juizes-Auxiliares da Presidência
Alexandre Lenine de J. Pereira, Diógenes T. de Albuquerque,
Geraldo Cavalcante Amorim, Manoel Cavalcante de Lima Neto

Diretor-Geral
Dr. Elias Maximiano Lins

Secretário-Geral (em exercício)
Dr. Guilherme Souza Lima

Diretor de Comunicação Social
Tarcísio César Tenório Costa

Diretora-Adjunta de Comunicação Social
Valdirene Leão de Oliveira Cerqueira

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição:
Tarcísio Tenório

Redação:
Tarcísio Tenório
Valdirene Leão

Projeto Gráfico e Diagramação:
Valdirene Leão

Fotos:
Caio Loureiro

Colunista:
André Aprígio

Apoio Administrativo:
Gilberto José

Estagiária:
Caroline Rocha

Tiragem: 2.000 exemplares
Circulação: Nacional
Distribuição: Gratuita

Endereço: Praça Marechal Deodoro, 319, Centro, CEP: 57020-919,
Maceió, Alagoas
Fone: (82) 3216-0141
Telefax: (82) 3216-0240
E-mail: imprensa@tj.al.gov.br
Home-page: www.tj.al.gov.br



Des. Estácio Gama (c) e juiz Nelson Tenório (e) apresentam projeto ao prefeito de União

Judiciário alagoano construirá novos fóruns no Interior

Projetos do TJ contam com o aporte financeiro do Funjuris e com a parceria das prefeituras

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) construirá em 2006, com recursos do Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário (Funjuris), novos fóruns nas comarcas de União dos Palmares, Limoeiro de Anadia e Girau do Ponciano. Os processos de licitação para escolha das empresas responsáveis pela execução dos projetos estão em pleno andamento.

O desembargador-presidente do TJ/AL, Estácio Luiz Gama de Lima, vem mantendo contato com os prefeitos desses municípios, no sentido de viabilizar parcerias para construção dos fóruns. Dia 31 de abril, Estácio Gama recebeu em seu gabinete o prefeito de União dos Palmares, José Pedrosa, ocasião em que apresentou o projeto arquitetônico do novo fórum e anunciou o início das obras para

meados de maio.

O novo fórum de União será construído em uma área de 2.116 m² situada no Bairro da Cohab, ao lado da vara local da Justiça do Trabalho, e abrigará as três varas e o juizado especial da comarca.

Dia 24 de abril, o presidente Gama e o prefeito de Girau do Ponciano, David Ramos, assinaram escrituras públicas de doação de um terreno e um imóvel, para construção do novo fórum local e fixação da residência oficial do juiz da comarca.

“Essas realizações são necessárias e proporcionarão excelentes condições de trabalho para magistrados e serventuários da Justiça, além de conforto aos jurisdicionados”, disse o desembargador.

Estão em andamento as obras da nova sede do 5º Juizado Especial

de Alagoas e das reformas do almoxarifado e do estacionamento do Foro Desembargador Jairon Maia Fernandes. Todos esses projetos têm o aporte financeiro do Funjuris.

Encontram-se em fase de licitação os projetos de reformas dos fóruns de Maragogi, Palmeira dos Índios, Fleixeiros e Coruripe.

Uma outra realização importante do Poder Judiciário, nos primeiros meses de 2006, foi a elaboração dos projetos arquitetônico e complementares para construção do Fórum de Messias, que será edificado com recursos da municipalidade, sob a orientação do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Funjuris.

INAUGURAÇÕES

No final de 2005, o TJ/AL inaugurou as reformas dos fóruns das comarcas de Maravilha e de Satuba. As realizações são resultado de importantes parcerias firmadas entre o TJ/AL e as prefeituras daqueles municípios.

A reforma do Foro “Juiz João da Silva Yoyo Filho”, da comarca de Maravilha, inaugurada a 25 de novembro de 2005, contou com a parceria das prefeituras de Maravilha, Ouro Branco e Poço das Trincheiras. Os melhoramentos executados no Fórum de Satuba, denominado “Juiz Claudionor Clemente de Lima”, cuja reforma foi inaugurada a 9 de dezembro de 2005, foram implementados graças à comunhão de esforços do Judiciário, Ministério Público e da Prefeitura Municipal de Satuba.

AQUISIÇÕES

Em 2006, o Funjuris deu início a vários processos de licitação para aquisição de três veículos - através de convênio firmado com o Banco do Brasil S/A -; de kits de materiais de expediente e de copa/limpeza; e de materiais elétricos, hidráulicos e de pintura para o Fórum da Capital.

Um veículo utilitário Kombi 0 KM foi adquirido com recursos do Funjuris e entregue pelo presidente do TJ/AL, desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, dia 3 de abril, ao juiz da 28ª Vara Cível da Capital (Infância e Juventude), Fábio Bittencourt.

O Funjuris também viabilizou a aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos para suprir carências verificadas em 55 comarcas do Interior, durante visitas dos juizes membros da Comissão Gestora, que percorreram, em 2005,



Operários da construção civil trabalham a todo vapor para cumprir rigorosamente os prazos e entregar a obra até 31 de dezembro próximo

TJ assina contrato e dá início à construção do novo prédio-sede

Construtora vencedora da licitação garante concluir a obra em dezembro

As obras da construção do novo prédio do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), que abrigará toda a estrutura administrativa e jurisdicional da Corte estadual, começaram no início de março. O sinal verde foi dado na tarde do dia 6 de março, quando da formalização do contrato de empreitada entre o Poder Judiciário alagoano e o Consórcio Pajuçara, vencedor do processo licitatório.

O instrumento foi assinado pelos presidentes do Tribunal de Justiça, desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, e do Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário (Funjuris), juiz Nelson Tenório de Oliveira Neto, na condição de contratantes; pelos representantes legais das empresas componentes do Consórcio Pajuçara (contratados), juntamente com testemunhas.

Presenciaram o ato o subdiretor-geral do TJ/AL, Guilherme Souza Lima, e a presidente da Comissão de Licitações TJ/Funjuris, Aparecida Magalhães.

O valor do contrato é de R\$ 6,6 milhões e as obras devem ser concluídas até o dia 31 de dezembro de 2006.

O novo imóvel está sendo erguido na sede do Poder Judiciário estadual, ao lado do prédio histórico e do anexo administrativo da Corte estadual, no espaço onde funcionava até bem pouco tempo o estacionamento para desembargadores e servidores.

“Confiamos na qualidade e eficiência do trabalho do contratado e esperamos que a execução do projeto transcorra normalmente com a estrita observância das cláusulas deste instrumento”, disse o presidente do TJ/AL, desembargador Estácio Gama, após a assinatura do

contrato.

“Queremos oferecer melhores condições de trabalho para os desembargadores e servidores. As instalações físicas do anexo administrativo do Tribunal de Justiça já não comportam a contento todos os setores”, explica o presidente Estácio Gama, relatando as condições de trabalho, principalmente nos gabinetes dos desembargadores, que são bastante acanhados.

O novo prédio abrigará o Gabinete da Presidência e assessoria (juizes-auxiliares); 17 gabinetes de desembargadores e assessorias; câmaras cíveis e câmara criminal; órgãos de apoio operacional do TJ/AL (Direção-Geral, Secretaria-Geral, Secretaria-Especial e Subdireção-Geral); outros setores ligados diretamente ao Gabinete da Presidência, através da Secretaria

TJ/AL disciplina critérios para promoção por merecimento

Regulamentação de promoções meritórias dentro da Magistratura atende a determinação do Conselho Nacional

O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ/AL) regulamentou, por meio da Resolução nº 04/2006, critérios objetivos para promoção por merecimento de magistrados no Poder Judiciário estadual. O ato normativo foi aprovado à unanimidade pelo Tribunal Pleno e publicado na edição do dia 9 de março, do Diário Oficial do Estado.

A Resolução é de autoria do desembargador-presidente Estácio Luiz Gama de Lima. Contém 36 artigos, embasando-se na Constituição Federal, que, a partir da Reforma do Judiciário, passou a exigir dos tribunais a adoção de critérios objetivos para promoção por mérito de magistrados, mediante aferição de desempenho, produtividade, prestação no exercício da atividade jurisdicional e, ainda, frequência e aproveitamento em cursos oficiais e reconhecidos de aperfeiçoamento.

A providência do Tribunal de Justiça de Alagoas atende a determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, por meio da Resolução nº 6, de 13 de setembro de 2005, fixou prazo de 120 dias para que os tribunais disciplinassem os critérios previstos na Constituição da República. No mesmo ato, o Conselho estabeleceu que os votos nas promoções por merecimento fossem abertos e motivados.

“Graças à sensibilidade dos colegas desembargadores, conseguimos aprovar a resolução, dando cumprimento ao que determina o Conselho Nacional de Justiça. O árduo trabalho que desenvolvemos, quando da elaboração do ato, representa uma grande contribuição para o engrandecimento do Poder Judiciário de Alagoas”, ponderou o desembargador-presidente Estácio



Resolução nº 04/2006, de autoria da Presidência, foi aprovada à unanimidade pelo Pleno

Ato estabelece gradação e pontuações

A resolução nº 04/2006 do TJ/AL disciplina, em três seções, os critérios de promoção por merecimento - “produtividade e prestação no exercício da jurisdição”, “frequência e aproveitamento em cursos” e “exercício de atividades administrativas e especiais no âmbito do Judiciário e produção jurídica” - estabelecendo gradações conceituais e pontuações.

Na aferição da produtividade dos juízes, a resolução estabeleceu cinco gradações para mensurar a produção, as quais variam de Excelente (E) a Insuficiente (I). Apenas os atos processuais que exprimam decisão - como sentenças, decisões interlocutórias (tomadas no meio do processo) e audiências - serão avaliados, inclusive sob o aspecto da segurança jurídica (qualidade técnica das decisões).

O segundo grande critério para promoção é a frequência e o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento. A resolução estabeleceu pontuações para oito modalidades de cursos, que vão desde a preparação para magistratura até pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado e doutorado.

A pontuação será conferida de acordo com a carga horária (para cursos sem avaliação) ou nota média final atingida pelo magistrado no respectivo curso, variando de 7 a 100 pontos. Os cursos devem ter obrigatoriamente pertinência com a área de atuação do magistrado.

Os cursos realizados pela Esmal serão anunciados por edital a todos os magistrados, informando, inclusive, se servirão para efeito de pontuação, nos termos da resolução. O objetivo é assegurar igualdade de participação a todos.

Atividades administrativas, especiais e de produção jurídica desenvolvidas pelos juízes no âmbito do Judiciário serão consideradas para efeito de promoção. A resolução definiu co-mo atividades especiais a participação em mutirões e eventos da Justiça Itinerante e com produção jurídica a publicação de obras jurídicas ou afins, de interesse do Judiciário.

As pontuações variam de 3 a 15 pontos por cada seis meses de atividade administrativa ou exercício de atividades especiais.

Na pontuação final, os fatores “produção” e “segurança jurídica” terão maior peso (peso 3), seguidos da

Equipamentos de informática começam a ser distribuídos

Arapiraca, Penedo e São Miguel são as primeiras comarcas beneficiadas

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) começa a pôr em prática o projeto de informatização completa do Poder Judiciário estadual. A Cobra Tecnologia, empresa do Banco do Brasil S/A, encarregada da compra e entrega dos equipamentos de informática, já deu início a primeira etapa dos trabalhos, com a distribuição do primeiro lote de um total de 430 microcomputadores. Serão entregues em seguida 10 notebooks, 142 impressoras jato de tinta, 115 impressoras laser, 70 nobreaks e 79 switches.

“Até o começo do próximo ano todo o Judiciário alagoano estará quase que completamente informatizado”, garantiu o presidente do TJ/AL, Estácio Luiz Gama de Lima.

Pelo cronograma de entrega dos equipamentos, a empresa deverá concluir a distribuição até o início de junho. As primeiras comarcas contempladas serão Penedo, São Miguel dos Campos e Arapiraca. Segundo o subdiretor-geral do TJ/AL, Guilherme Souza Lima, a escolha deve-se ao fato destas comarcas já estarem interligadas ao programa Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) e não terem nenhum problema de natureza estrutural que possa inviabilizar a utilização ou mesmo danificar os equipamentos.

A instalação imediata dos equipamentos não será possível porque muitas comarcas não possuem estrutura elétrica adequada e não contam com a instalação da rede lógica. A Cobra Tecnologia preparará todos os pré-dios das comarcas e juizados do interior procedendo à instalação de 1.524 pontos elétricos e lógicos. Esse processo deve levar cerca de 60 dias após o início da distribuição dos equipamentos.

Num segundo momento, o processo de informatização deverá atingir as comarcas de 2ª entrância. “A previsão é de que até outubro todas as comarcas de 2ª entrância estejam informatizadas”, afirmou Souza Lima. O último passo é informatizar as comarcas de 1ª entrância, providência que deve demandar de três a quatro meses.



CPD do TJ/AL inicia distribuição do primeiro lote de um total de 430 microcomputadores

A previsão leva em conta uma série de etapas, desde o recebimento das máquinas até o completo funcionamento dos sistemas de intranet, internet e comunicação oral via sistema de dados, o chamado VOIP. Esse sistema permite a interligação de todas as comarcas do Estado por meio de ramais.

ETAPAS

Num primeiro momento o Centro de Processamento de Dados (CPD) do TJ receberá e fará os testes nos equipamentos, com o acompanhamento da Cobra, para checar se estão em perfeito funcionamento. Depois instalará todos os programas necessários para utilização nas comarcas. Após a instalação das máquinas em seu destino, o CPD, juntamente com a Comissão de Gestão da Informatização do Poder Judiciário (CGINFO), fará o treinamento de pessoal para a melhor utilização da intranet e do SAJ.

“Com a interligação de todas as comarcas, quando poderemos nos intercomunicar sem a utilização do papel ou da linha telefônica, é que estaremos, de fato, informatizados”, afirmou o presidente do TJ, Estácio Gama.

O convênio firmado entre TJ/AL e Banco do Brasil, que está viabilizando a informatização do TJ, com o aporte de recursos na ordem de R\$ 2,5 milhões, contempla apenas as comarcas do Interior, tendo em vista que as unidades judiciárias da Capital já estão interligadas ao sistema SAJ. “A maior necessidade hoje está no Interior”, disse o subdiretor-geral do TJ Guilherme Souza Lima.

O TJ/AL analisa a viabilidade de um novo convênio para beneficiar, em matéria de informatização, unidades judiciárias da Capital e do Interior que ainda estão sendo construídas.

SEGUNDO CONVÊNIO

Um outro convênio também foi firmado com o BB para a viabilização de três automóveis - a serem utilizados na área de informática e nas fiscalizações do FUNJURIS -, todo o mobiliário do novo prédio do TJ (em construção) e a compra de um grande servidor de banco de dados para a expansão da informatização do Poder Judiciário alagoano. O investimento é da ordem de R\$ 1,7 milhão e teve a contrapartida da transferência da folha de pagamento de pessoal do TJ/AL. A verba

Click

por André Aprigio

“Não é notável talento o que se exige para assegurar o êxito em qualquer empreendimento, mas sim um firme propósito”.

Atkinson, escritor e arquiteto (1799-1861)

Quadrimestre concorrido

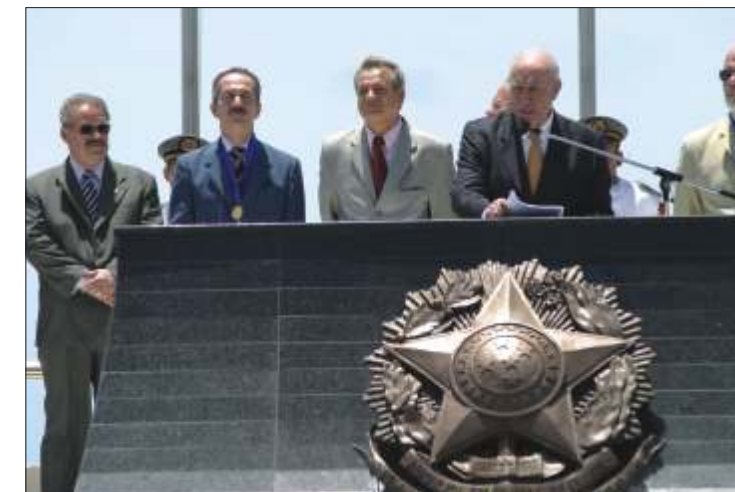
A coluna Click Social, em sua 2ª edição, traz um pequeno resumo dos concorridos eventos que movimentaram o cenário alagoano nos últimos momentos de 2005 e primeiros quatro meses do ano fluente; todos com a participação de membros da egrégia Corte de Justiça estadual. Confira aqui a cobertura desses eventos.

Posse

A 31 de março de 2006, o desembargador-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ/AL), Estácio Luiz Gama de Lima, prestigiou a solenidade de posse do engenheiro Luís Abílio Sousa Neto, no cargo de governador de Alagoas. O novo chefe do Executivo estadual recebeu os efusivos cumprimentos do desembargador Estácio Gama e do presidente da Assembleia Legislativa Estadual (ALE), deputado Celso Luiz Tenório Brandão. O clima no Palácio Floriano Peixoto era de plena harmonia!



O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, ladeado pelo presidente da Assembleia Legislativa Estadual, deputado Celso Luiz Tenório Brandão, e pelo novo governador do Estado, Luís Abílio Sousa Neto, durante a posse deste, em Palácio, na chefia do Poder Executivo estadual.



O Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, prestigiou o evento de inauguração do Memorial à República, ocorrido no dia 15 de novembro de 2005. No palanque das autoridades, o chefe do Judiciário estadual (à esquerda) posa ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Aldo Rebelo, do governador Ronaldo Lessa (à época), do vice-presidente da República, José Alencar, e do vice-governador (atual governador) Luís Abílio Sousa Neto, dentre tantas outras personalidades.

UFAL - 45 ANOS

O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ/AL) foi homenageado, juntamente com outras instituições alagoanas, pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), com a outorga da Medalha do Mérito Universitário “Ufal 45 Anos”. A homenagem foi prestada no último dia 26 de abril, data comemorativa dos 45 anos de criação e fundação da Ufal, em solenidade realizada no Teatro Deodoro. A vice-presidente do TJ/AL, desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento, representou o Poder Judiciário de Alagoas no ato. O TJ foi galardoado por contribuir no crescimento, prestígio e sucesso conquistados pela Ufal ao longo de sua história.



O governador Ronaldo Lessa (c), o vice Luís Abílio (atual governador) e o desembargador Estácio Gama hasteiam os pavilhões, durante a inauguração do Palácio República dos Palmares, em março pretérito.



Desembargadores Estácio Gama e Holanda Ferreira, procurador de Justiça Luciano Chagas, desembargador Marques Luz e senador Renan Calheiros, durante o Encontro de Corregedores Eleitorais do Brasil, em 17 de março.



A vice-presidente do TJ/AL, Des. Elisabeth Carvalho Nascimento, recebe das mãos do vice-reitor da Ufal, Prof. Dr. Eurico Lôbo, a Medalha do Mérito Universitário, observada pela magnífica reitora Ana Dayse Dórea.

Devo não nego, pago...

Medidas efetivas da Presidência do TJ/AL estão fazendo andar a interminável fila de precatórios. Até agora, o Judiciário estadual viabilizou acordos em 85% dos casos

Augusto Sá Cavalcante, aposentado, 74 anos, ingressou com uma ação no Judiciário em 1988 para receber um crédito junto à Prefeitura de Campo Alegre, município distante 94 quilômetros da Capital. A dívida estava representada num cheque sem provisão de fundos, no valor de 200 mil cruzados, emitido pela prefeitura para pagamento de materiais de construção adquiridos na loja de Seu Augusto.

Oito anos se passaram até que a dívida fosse finalmente inserida na lista de precatórios (forma de execução contra a fazenda pública). Depois de 18 anos, quando já não tinha mais esperanças de receber o que lhe era de direito, Seu Augusto conseguiu fazer acordo com a prefeitura devedora, para reaver, em quatro parcelas, 60% de uma dívida que ultrapassava o montante atualizado de R\$ 16 mil.

Histórias como a de Seu Augusto são uma realidade num país onde a legislação processual atribui tratamento excessivamente diferenciado à fazenda pública, ao argumento muitas vezes vazio da proteção ao “interesse público”. O processo dele, assim como o de tantas outras pessoas em idêntica situação, teve um desfecho satisfatório graças a importantes medidas adotadas pela Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL), a quem compete expedir a ordem de pagamento por precatórios e diligenciar pelo seu cumprimento.

Desde dezembro do ano passado a Corte Estadual, sob a Presidência do desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, vem realizando uma série de audiências com municípios alagoanos na tentativa de viabilizar o pagamento de precatórios.

A iniciativa vem dando resultado.



Depois de quase 20 anos, Seu Augusto conseguiu fazer acordo com a prefeitura devedora

Das audiências realizadas até agora, o TJ/AL intermediou acordos em 85% dos casos; percentual que reacende as esperanças de quem, como Seu Augusto, já não mais acreditava na solução do problema.

PROVIDÊNCIAS

O primeiro passo foi a edição da Portaria nº 633/05, que separou os precatórios em duas categorias: de natureza alimentícia (créditos relativos diferenças salariais, encargos trabalhistas etc.) e de naturezas diversas (créditos empresariais, dívidas resultantes de aquisição de bens e serviços etc.).

Observando a preferência que deve ser dada aos créditos alimentícios, como manda a Constituição Federal, o desembargador-presidente Estácio

Luiz Gama de Lima determinou a publicação das listas de precatórios no Diário Oficial do Estado, designando um de seus auxiliares, o juiz Manoel Cavalcante de Lima Neto, para conduzir inicialmente as audiências relacionadas a precatórios devidos pelas municipalidades.

Credor e devedor, acompanhados de seus procuradores, comparecem ao TJ e discutem abertamente a possibilidade de acordo, uma iniciativa pioneira no Judiciário estadual.

“Todas as medidas vinham sendo tomadas por parte do Poder Judiciário. A Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas, nas gestões anteriores, determinava anualmente a atualização dos valores constantes dos precatórios, renovava

Precatórios somam cerca de R\$ 200 milhões em Alagoas

Ao todo, tramitam no TJ/AL 142 processos convertidos em precatórios, alguns com mais de 20 anos nesta fase. O Estado de Alagoas é o primeiro colocado em número de precatórios e de débitos. São sete precatórios alimentícios e 51 precatórios de naturezas diversas, que juntos geram uma dívida atualizada na ordem de R\$ 191,5 milhões.

Vinte e um municípios figuram nas listas organizadas pelo TJ/AL, alguns com precatórios tanto alimentícios quanto de naturezas diversas. A dívida dos municípios chega a casa de R\$ 9,28 milhões, valores que agora começam a ser compensados com o cumprimento gradativo dos acordos.

No grupo de devedores de

precatórios alimentícios, são doze municípios: Água Branca, Anadia, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Dois Riachos, Jacuípe, Maceió, Maravilha, Olho d'Água das Flores, Palmeira dos Índios, Quebrangulo e São José da Laje. Atalaia tem o maior número de precatórios, 23, e também a maior dívida, R\$ 341,2 mil, mas realizou acordos em todos os processos.

Vinte e um municípios têm precatórios de naturezas diversas a saldar, são eles: Belém, Campo Alegre, Carneiros, Coqueiro Seco, Craíbas, Delmiro Gouveia, Igaci, Jacuípe, Joaquim Gomes, Maceió, Maribondo, Murici, Palmeira dos Índios, Paripueira, Porto Calvo, Quebrangulo, Roteiro, Santa Luzia do Norte, São José da Laje, São José da Tapera e Tanque d'Arca. O maior

devedor é Maceió, com uma dívida de R\$ 6,07 milhões consubstanciada em 14 precatórios.

Nos dias 5, 6 e 26 de abril, o Tribunal de Justiça realizou audiências direcionadas principalmente aos credores de precatórios diversos. "Começamos pelos municípios e já obtivemos bons resultados; numa segunda etapa será a vez do Estado", explicou Manoel Cavalcante.

Outras audiências relacionadas a precatórios de naturezas diversas devidos por municípios estão designadas para o dia 10 de maio.

Ele adiantou que já foram mantidos alguns contatos com a Secretaria Executiva da Fazenda (Sefaz), para quem já foi encaminhada a listagem de todos os



Pioneirismo: Nas audiências conduzidas pela Presidência do TJ/AL, municípios devedores e credores discutem possibilidade de acordos



Núcleo de entidades foi ao TJ reiterar apoio à resolução de combate ao crime organizado

Alagoanos aprovam trabalho dos juízes integrantes do NCCO

Em três meses, o núcleo expediu 112 mandados judiciais, contribuindo para a agilizar inquéritos

A atuação do Núcleo de Combate ao Crime Organizado (NCCO), criado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), em janeiro deste ano, para acelerar a tramitação de inquéritos policiais e processos-crime relacionados principalmente a ações de facções criminosas no Estado, já começa a dar resultados. O trabalho tem o reconhecimento da sociedade e opinião pública alagoanas e já proporcionou, em pouco mais de três meses, a conclusão de diversos inquéritos policiais.

Seis magistrados designados pela Presidência da Corte trabalham no núcleo, cuja atuação está respaldada na Resolução nº 01/2006, que

instituiu a Central de Inquéritos Policiais e Procedimentos Investigatórios Criminais na Comarca da Capital e o Mutirão de Processos e Procedimentos Criminais em comarcas e varas do Estado. A ato foi aprovado à unanimidade de votos pelos desembargadores, durante a sessão plenária de 31 de janeiro de 2006.

De acordo com o juiz Diógenes Tenório de Albuquerque, porta-voz do NCCO, inúmeras denúncias chegam às mãos dos juízes do núcleo todos os dias, envolvendo crimes dos mais variados matizes. São homicídios, latrocínios, roubo de cargas, assaltos a bancos, assaltos a ônibus,

etc. Até agora o núcleo decretou 46 prisões temporárias, 39 prisões preventivas e expediu 27 mandados de busca e apreensão, providências que estão tirando de circulação criminosos da mais alta periculosidade e garantindo a instrumentalização das provas necessárias ao bom andamento de investigações policiais e instruções criminais.

As medidas adotadas pelo NCCO têm a chancela do juiz titular (natural), que participa diretamente dos trabalhos, inclusive subscrevendo todos as decisões. “Essas medidas estão dando celeridade e eficiência na tramitação regular de inquéritos policiais, outros procedimentos investigatórios e na instrução e julgamento de processos-crime, levando em consideração, principalmente, o nível de criminalidade verificado no Estado”, explica o presidente do TJ/AL, desembargador Estácio Gama, reiterando sua confiança no trabalho dos juízes.

O grande diferencial é a discrição e a cautela com que são tomadas as decisões. Os pedidos de providências formulados pelas autoridades policiais ou pelo Ministério Público não são logo distribuídos; são encaminhados diretamente ao NCCO e, só depois de apreciados, seguem para distribuição dos fóruns. A medida previne o vazamento de informações que venham a inviabilizar o cumprimento dos mandados judiciais.

Em seus pronunciamentos e entrevistas, o desembargador-presidente Estácio Gama tem destacado o apoio do governo do Estado, por intermédio da Secretária Executiva de Justiça e Defesa Social, e do Ministério Público Estadual e o trabalho das polícias Civil e Federal. “Só com ações integradas das instituições de justiça e segurança pública é que conseguiremos combater a criminalidade, restabelecendo a tranquilidade aos cidadãos alagoanos”, frisa o desembargador.

No dia 07 de abril, o desembargador Estácio Gama esteve no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília-DF, onde manteve conversa com o corregedor nacional de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, que elogiou a iniciativa adotada pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, ao instituir a Central de Inquéritos Policiais e o Mutirão de Processos e Procedimentos Criminais. O ministro



Desembargador Estácio Gama (à dir.) conversou demoradamente com Luís Abílio sobre o trabalho dos juízes que compõem o NCCO

Novo governador faz visita protocolar ao Poder

Abílio reiterou, na ocasião, apoio ao TJ no combate ao crime organizado

O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, recebeu na manhã do dia 11 de abril, no gabinete da Presidência, o governador Luís Abílio de Sousa, em sua primeira visita protocolar ao Judiciário estadual, desde que assumiu o governo do Estado, no final de março.

Abílio fez questão de elogiar as posições que o TJ/AL vem tomando em relação à onda de violência que assola o Estado e reiterar o apoio do governo às ações do Núcleo de Combate ao Crime Organizado (NCCO).

Acompanhado de várias autoridades do primeiro escalão do governo, Abílio anunciou algumas medidas que o Executivo irá adotar para melhoria do aparato policial, como a realização de concursos para área de segurança pública.

O desembargador-presidente Estácio Gama, que esteve no

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília-DF, a 7 de abril passado, reportou-se à conversa que manteve com o corregedor nacional de Justiça, conselheiro Antônio de Pádua Ribeiro. Segundo ele, Pádua aprova a iniciativa de instalação, em Alagoas, da Central de Inquéritos Policiais e do Mutirão de Processos e Procedimentos Criminais. “Em São Paulo e no Maranhão funcionam órgãos dessa natureza, cuja criação, segundo o corregedor nacional, encontra justificativa na gravidade das ações do crime organizado”, disse.

A visita do governador ao TJ/AL foi movimentada, principalmente, pelas discussões na área de segurança pública. Luís Abílio aproveitou para falar sobre a instalação de uma casa de custódia para presos sub judice (que aguardam julgamento), no mesmo terreno onde funciona o sistema penitenciário, e ouvir a opinião do TJ/AL sobre a medida.

O presidente da Corte, manifestando opinião de consenso entre os desembargadores presentes, disse que, em princípio, não há qualquer óbice à providência, desde que os presos sub judice não sejam acomodados no mesmo estabelecimento daqueles que cumprem pena. “A lei proíbe a colocação de presos sub judice e apenados em estabelecimento comum, o que não é o caso”.

DESEMBARGADORES

Também participaram do encontro os desembargadores Elisabeth Carvalho Nascimento (vice-presidente do TJ/AL), Washington Luiz Damasceno Freitas (corregedor-geral da Justiça), José Fernando Lima Souza (presidente do TRE/AL), José Fernandes de Hollanda Ferreira, Mário Casado Ramalho, Antônio Sapucaia da Silva, Sebastião Costa Filho e Juarez Marques Luz; os secretários de Estado Luiz Gonzaga

Esmal inicia II Curso Integrado de Especialização e Preparação

Carga-horária serve para comprovar atividade jurídica em concursos

A Escola Superior da Magistratura de Alagoas (Esmal) iniciou em abril o II Curso Integrado de Especialização em Direito Processual e Preparação para Magistratura, destinado a bacharéis em Direito, advogados e demais profissionais da área jurídica.

A solenidade de abertura ocorreu no dia 3 de abril, à noite, ocasião em que a diretora-geral da Esmal, desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento, deu as boas-vindas aos 75 alunos do curso, que, em seguida, assistiram à aula inaugural ministrada pelo professor mestre Tutmés Airan.

De acordo com o coordenador-geral de Cursos da Esmal, juiz Manoel Cavalcante de Lima Neto, a Resolução nº 05/06 do TJ/AL, que disciplina normas regulamentares para o concurso público de juiz-substituto, admitiu o curso para efeito de comprovação de atividade jurídica.

Para o ingresso na carreira de magistrado, a Constituição Federal passou a exigir, a partir da Emenda Constitucional nº 45 (Reforma do Judiciário), três anos de atividade jurídica. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou a



Alunos lotam auditório da Escola Superior da Magistratura na aula inaugural do curso

matéria, por meio de resolução, admitindo para cômputo do período de atividade jurídica cursos de pós-graduação em Direito reconhecidos pelas Escolas da Magistratura.

Cavalcante explica que o grande diferencial desse curso está no fato de servir tanto à comprovação de atividade jurídica, para candidatos a concursos públicos na Magistratura, quanto à obtenção de título de pós-

graduação (especialização) em Direito Processual - outro fator a ser observado em provas de títulos. Além disso, o curso servirá como pontuação em promoções por merecimento para aqueles que ingressarem na carreira.

Este ano, a Esmal introduziu na grade curricular o módulo de prática jurídica, disciplina que interessa aos profissionais que militam na área, em

Eventos culturais movimentam a



Desa. Elisabeth anuncia programação

A Esmal tem-se destacado por suas ações, não apenas na área jurídica mas também na área cultural, aproximando a sociedade como um todo às atividades da escola. Em dezembro, foi inaugurado o Café Literário Marili Ramos, em homenagem a irmã de Graciliano Ramos. O café tem palco para shows e painéis dedicados à arte e à biografia de artistas, além de um teto móvel, quando à noite é possível ver as estrelas. Breve o Café Literário terá todas as sextas-feiras shows musicais e happy hour.

Ainda na área cultural, a Esmal programa para o mês de maio a reinauguração de sua biblioteca, que contará com um acervo ainda mais rico em livros de Direito, literatura nacional e estrangeira, além de dois computadores ligados à internet, e a inauguração do Cine Cultural Jofre

Soares, que funcionará no auditório da escola.

A desembargadora pretende exibir, quinzenalmente, filmes e trazer convidados para comentá-los. Na inauguração do cine, cogita-se a exibição de "Vidas Secas", com comentários de Nelson Pereira, que atua no filme. A Esmal ainda programa para maio a exposição de charges de Ênio Lins.

A Direção da Esmal pretende trazer para Maceió, em breve, a cientista política Lúcia Hipólito, conhecida como uma das "meninas do Jô", para proferir palestra sobre a situação política do Brasil e lançar seu livro, intitulado "Por Dentro do Governo Lula". Planeja-se fazer, ainda este ano, uma homenagem aos 70 anos da 1ª edição de "Angústia", de Graciliano Ramos. A idéia é reunir alguns nomes para falar sobre a



Convênios para concessão de estágios foram celebrados, em fevereiro, pelos dirigentes do Judiciário e representantes das faculdades

Judiciário seleciona novos estagiários

Alunos de dez faculdades concorrem ao certame

O Poder Judiciário estadual, por meio da Coordenação de Projetos Especiais da Escola Superior da Magistratura de Alagoas (Esmal), realiza no próximo dia 13 de maio, os exames de seleção para estagiários dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Informática, Pedagogia, Psicologia e Jornalismo.

As provas serão aplicadas na sede da Esmal, a partir das 9 horas. Os candidatos devem chegar ao local com pelo menos meia hora de antecedência, já que os portões serão fechados impreterivelmente às 8h30.

Os exames para estágios em Direito foram realizados dia 20 de abril.

Para concessão dos estágios a alunos desses cursos, o Tribunal de Justiça renovou, dia 15 de fevereiro, convênios com inúmeras faculdades alagoanas. A iniciativa também contempla bolsas de pesquisa e extensão exclusivamente para acadêmicos de Direito.

O presidente da Corte de Justiça estadual, desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, destacou a importância dos estágios para formação profissional dos estudantes de Direito, elogiando as diversas ações que estão sendo desenvolvidas

pela Esmal, em benefício não apenas da Magistratura, mas da sociedade de modo geral.

FACULDADES

Assinaram os convênios o desembargador-presidente Estácio Gama, a diretora da Esmal, desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento, e os representantes legais das seguintes instituições de ensino superior: Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac), Faculdade de Alagoas (FAL), Faculdade de Maceió (Fama), Faculdade Alagoana de Administração (FAA), Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste (Seune), Faculdade da Cidade de Maceió (Facima), Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho Penedo (FCJAL), Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca (Cesama), Instituto de Desenvolvimento Educacional Avançado (Idea- Esamc).

Além de incluir todas as faculdades de Alagoas no programa de estágios, os convênios renovaram a participação dos professores no processo de seleção. Segundo o

Esmal renova parceria na área de DNA

A Coordenadoria de Projetos Especiais da Esmal viabilizou a prorrogação do prazo do contrato firmado entre Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) e Universidade Federal de Alagoas (Ufal) - por meio da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes) -, que permite exames de DNA para instrução de processos de investigação de paternidade.

O aditivo foi assinado dia 15 de fevereiro pelo presidente do TJ, desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, e pelo reitor em exercício da Ufal, Eurico de Barros Lobo Filho.

O instrumento tem por finalidade não só a promoção dos exames de DNA para os processos judiciais, mas também o desenvolvimento do Programa de Identificação Humana e Diagnóstico Molecular do Museu de História Natural do Centro de Ciências Biológicas da Ufal.

De acordo com o juiz-coordenador Wladimir Paes, o TJ planeja realizar em breve mutirões de DNA, com o objetivo de reduzir o número de exames pendentes e, conseqüentemente,

Justiça nos Bairros atinge a marca de 1.500 ações

A 4ª etapa do programa Justiça nos Bairros, do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), realizada dia 25 de março, no clube do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinteal), em Riacho Doce, apreciou outras 100 ações judiciais de menor complexidade, beneficiando pessoas carentes da localidade e de bairros adjacentes. Somados os esforços das ações autônomas do programa aos das parcerias com outras instituições, o Judiciário já apreciou uma média de 1.500 ações judiciais, beneficiando cerca de três mil pessoas.

O projeto idealizado pelo desembargador Estácio Luiz Gama de Lima já atuou nos bairros de Bebedouro, Trapiche da Barra (Conjunto Virgem dos Pobres) e Benedito Bentes. Em parceria com outras instituições, os mesmos serviços também foram levados aos municípios de Olho D'Água das Flores, Marechal Deodoro, Rio Largo, Monteirópolis, Pilar, Matriz de Camaragibe, Porto Calvo e Teotônio Vilela

O Justiça nos Bairros aprecia ações cíveis de menor complexidade que possam ser resolvidas no mesmo dia, como separações e divórcios consensuais, retificações de registro civil, acordos de alimentos, suprimtos de óbito, reconhecimentos espontâneos de paternidade, conversões em divórcio e alvarás de até três salários mínimos.

CASAMENTOS

Nas várias iniciativas sociais de que participou o Tribunal de Justiça de Alagoas na condição de parceiro, como nas realizações de várias etapas do projeto Governo no Interior, do Poder Executivo, do Ação, Mulher e Cidadania, da Secretaria Executiva da Mulher; do Ação Global, do Sesi em parceria com a Rede Globo, entre outros, o serviço "casamento" é, com folga, o mais procurado pela população alagoana. Foram 2.314 uniões civis consolidadas pelo Poder Judiciário estadual. Somando esses expressivos números com os índices atingidos pelas atividades autônomas do



Movimentação em Riacho Doce foi intensa durante a 4ª edição do Justiça nos Bairros

Cidadania e Justiça na Escola homenageia professores municipais

A Escola Superior da Magistratura homenageará, nos dias 1º e 2 de junho, os professores municipais que atuaram nas iniciativas do projeto Cidadania e Justiça na Escola. A homenagem será marcada pela apresentação do grupo Tran-Chan, com o musical "Estão voltando as flores" - uma reprodução da época do rádio, na qual os artistas interpretarão os papéis de Nora Ney, Dalva de Oliveira e as Irmãs Batistas.

Segundo a diretora da Esmal, desembargadora Elisabeth Carvalho, a homenagem representa o reconhecimento ao trabalho que os professores municipais estão desenvolvendo na formação da consciência dos adolescentes.

"Esse formidável e efetivo trabalho tem mostrado aos adolescentes que eles não devem ser apenas meros eleitores, mas sim participar do processo eleitoral, votando com consciência em seus